



Demonstrações financeiras individuais

30 de junho 2019

Nu Financeira S.A. -
Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

03

04

08

10

11

12

13

Relatório da administração

A administração da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia" ou "Nu Financeira") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN").

Perfil corporativo

A Nu Financeira foi constituída em 28 de fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em 12 de junho de 2018 e autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 21 de novembro de 2018, de acordo com a publicação no diário oficial. A Nu Financeira é uma Companhia controlada pela Nu Pagamentos S.A. e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nubank.

O principal produto da Nu Financeira é o empréstimo pessoal, lançado em fevereiro de 2019, oferecendo aos nossos clientes a possibilidade de contratação de empréstimos totalmente customizados em termos de valores, prazos e parcelas, com transparência na divulgação dos juros e demais encargos envolvidos, disponibilização dos recursos 24 horas por dia através da NuConta e possibilidade de quitação antecipada diretamente no aplicativo também a qualquer momento.

Destaques do Primeiro Semestre de 2019

a. Carteira de Crédito

Conforme acima mencionado, lançamos o produto de empréstimo pessoal em fevereiro de 2019, estamos disponibilizando este produto de forma gradativa aos nossos clientes, e encerramos o primeiro semestre deste ano com um volume total de operações de crédito de R\$46,9 milhões.

b. Rating Standard & Poor's

Em 10 de maio de 2019, a S&P Global Ratings atribuiu os ratings de crédito de emissor de longo e curto prazos de 'brA-/brA-2' à Nu Financeira. Além disto, a S&P também atribuiu o rating 'br-A-' à 1a série da 1a emissão de Letras Financeiras da Nu Financeira, realizada em junho de 2019.

c. RDB - Recibo de Depósito Bancário

No começo de junho de 2019, fizemos o lançamento do Recibo de Depósito Bancário (RDB) da Nu Financeira como uma nova opção de aplicação na NuConta. Ao contrário da conta de pagamentos tradicional, cujo dinheiro fica aplicado em títulos públicos, o valores aplicados em RDB do Nubank poderão ser usado como fonte de financiamento para nossas operações. Encerramos o mês de junho de 2019 com o saldo de R\$81,5 milhões captados através deste instrumento.

d. Emissão de Instrumentos de Dívida

Em junho de 2019, a Nu Financeira realizou a sua 1a emissão de letras financeiras, através de uma oferta pública no âmbito da Instrução CVM no 476. A emissão foi dividida em duas séries, a primeira delas no montante de R\$300 milhões com prazo de 2 anos; e a segunda série, no montante total de R\$75 milhões, com prazo total de 10 anos, foi realizada contendo cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência da Nu Financeira, quando ocorrer a aprovação do BACEN.

e. Aumento de Capital e Patrimônio Líquido

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 10 de maio de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$50 milhões, e em junho de 2019, recebemos a aprovação do BACEN referente à este aumento de capital. Com isso, encerramos o primeiro semestre de 2019 com um Patrimônio Líquido de R\$119,9 milhões.

Em julho 2019, a Nu Holdings Ltd., controladora da Companhia, encerrou o sétimo aumento de capital no valor de USD400 milhões.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Financeira S.A. - SCFI em 30 de junho de 2019, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 6, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, em função da análise periódica de sua qualidade e não apenas nos percentuais mínimos da Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância do saldo das operações de crédito e ao elevado grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

- Com o auxílio de nossos especialistas em riscos de crédito, avaliamos os julgamentos utilizados pela Instituição na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito;
- Recalculamos o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

- **Aplicação em cotas de fundos de investimento**

Em 30 de junho de 2019, a Instituição possuía aplicações em cotas de fundo de investimento (“fundo investido”), cuja mensuração a valor justo se dá pela atualização do valor da cota do fundo investido divulgada pelo respectivo administrador. Esse fundo investe substancialmente em ativos financeiros mensurados ao valor justo e para os quais os preços e indexadores/parâmetros são observáveis no mercado, registrados e custodiados em órgãos regulamentados de liquidação e custódia. Devido ao fato de o saldo dessas aplicações ser relevante para a posição patrimonial e financeira da Instituição, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

- Testamos a existência das cotas e sua valorização, por meio da conciliação das posições mantidas pela Instituição com as informações fornecidas pelo custodiante;
- Obtivemos a carteira de investimentos do fundo investido na data-base da nossa auditoria e avaliamos, de acordo com a composição e perfil de risco dos investimentos, se o valor da cota divulgada representa o seu valor justo, comparando os valores justos dos investimentos da carteira do fundo investido com parâmetros de mercado disponíveis, quando aplicável;
- Comparamos o resultado da rentabilidade obtida pela Instituição no semestre com o resultado esperado da variação do valor da cota do fundo investido; e
- Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Instituição, especificamente sobre as características dos ativos do fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos das aplicações em cotas de fundos de investimento, no tocante à sua existência e mensuração, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.



O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rodrigo Bassi'. The signature is written in a cursive style.

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Total do ativo circulante		664.386	80.000
Disponibilidades	4	11.986	80.000
Títulos e valores mobiliários e derivativos	5	609.033	–
Carteira própria		557.560	–
Vinculados a prestação de garantia		50.533	–
Instrumentos financeiros derivativos		940	–
Operações de crédito	6	36.443	–
Operações de crédito		38.984	–
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(2.541)	–
Outros créditos	7	6.924	–
Diversos		6.924	–
Total do ativo não circulante		7.416	–
Operações de crédito		7.416	–
Operações de crédito		7.933	–
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(517)	–
Total ativo		671.802	80.000

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2019	2018
Total do passivo circulante		86.595	14
Depósitos		81.549	–
Depósitos a prazo		81.549	–
Outras obrigações	9	5.046	14
Fornecedores diversos		4.315	14
Fiscais e previdenciárias		406	–
Outras obrigações		325	–
Total do passivo exigível a longo prazo		465.292	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	8	387.448	–
Recursos de aceites cambiais		86.676	–
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		300.772	–
Outras obrigações	9	77.844	–
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		77.844	–
Patrimônio líquido	10	119.915	79.986
Capital social		130.000	80.000
Reserva de capital		272	–
(-) Prejuízos acumulados		(10.357)	(14)
Total do passivo e patrimônio líquido		671.802	80.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2019 e período de 12 de junho (início das atividades) a 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		10.624	–
Resultado de operações de crédito		3.124	–
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	4.893	–
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		2.607	–
Despesas da intermediação financeira		(9.860)	–
Operações de captação no mercado	8b	(6.802)	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(3.058)	–
Resultado bruto da intermediação financeira		764	–
Outras receitas/despesas operacionais		(14.099)	(14)
Despesas de pessoal	11	(10.221)	–
Despesas administrativas	12	(3.132)	(14)
Despesas tributárias	13	(334)	–
Outras Receitas Operacionais		22	–
Outras Despesas Operacionais		(162)	–
Plano de opção de compra de ações	10b	(272)	–
Resultado operacional		(13.335)	(14)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(13.335)	(14)
Imposto de renda e contribuição social		5.206	–
Imposte de renda e contribuição social diferidos	14	5.206	–
Prejuízo líquido		(8.129)	(14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 30 de junho de 2019 e período de 12 de junho (início das atividades) a 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 12 de junho de 2018 (início das atividades)		-	-	-	-
Subscrição de capital	10	80.000	-	-	80.000
Prejuízo do período		-	-	(14)	(14)
Saldo em 30 de junho 2018		80.000	-	(14)	79.986
Saldo em 31 de dezembro de 2018		80.000	-	(2.228)	77.772
Aumento de capital	10	50.000	-	-	50.000
Opção de ações outorgadas	10	-	272	-	272
Prejuízo do semestre		-	-	(8.129)	(8.129)
Saldo em 30 de junho de 2019		130.000	272	(10.357)	119.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2019 e período de 12 de junho (início das atividades) a 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre		(8.129)	(14)
Ajustes para:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		3.058	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5.262)	-
Variação de valor justo de instrumentos financeiros		3.269	-
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos		(940)	-
Juros de empréstimos, não realizados		3.300	-
Rendimento de aplicações em títulos e valores mobiliários		-	-
Opções de ações outorgadas		272	-
Resultado ajustado		(4.432)	(14)
(Aumento)/redução de ativos:			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, para negociação		30.829	-
Operações de crédito		(46.917)	-
Outros créditos		230	-
Aumento/(redução) de passivos:			
Depósitos		81.549	-
Outras obrigações		3.190	14
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		64.449	-
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Compra líquida de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação		(557.560)	-
Rendimentos sobre as vendas de títulos e valores mobiliários		-	-
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(557.560)	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recursos de aceites cambiais		80.753	-
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		300.000	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		74.110	-
Aumento de capital		50.000	80.000
Fluxo de caixa gerado (aplicado) de/em atividades de financiamento		504.863	80.000
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		234	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	18a	11.986	80.000
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		11.752	80.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2019 e período de 12 de junho (início das atividades) a 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Financeira S.A. - SCFI ("Companhia" ou "Nu Financeira") é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 120 - São Paulo - Brasil. A Nu Financeira tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Nu Financeira foi constituída em 28 de fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em 12 de junho de 2018 e autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 21 de novembro de 2018, de acordo com a publicação no diário oficial. A Nu Financeira é uma Companhia controlada pela Nu Pagamentos S.A. e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nubank.

O plano de negócio da Nu financeira prevê o crescimento do volume de operações de crédito direto ao consumidor (CDC) aos clientes portadores de contas de pagamento (Nu Conta) juntamente a Nu Pagamentos S.A., bem como, oferta de novos produtos que resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de julho de 2019.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no semestre e período apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, e aplicações em operações compromissadas e em títulos privados, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo, e não para outros propósitos de investimento ou financiamento.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura. Os derivativos são realizados em taxa de juros, *swaps* moeda e outros índices futuros. Derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco. Derivativos são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como estando em uma relação de *hedge*. Os derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que um contrato de derivativos é celebrado, e são subsequentemente reavaliados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em mercado são obtidos a partir dos preços de mercado cotados. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados utilizando técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxo de caixa descontado e precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do justo valor depende se os derivados são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de *hedge*. Ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(v) Hedge accounting

A Companhia aplica contabilidade de *hedge* para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco. No momento em que um instrumento financeiro é designado como *hedge* (ou seja, no início do *hedge*), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de *hedge* e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de *hedge* na compensação da exposição a alteração no valor do item coberto. Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos de *hedge* foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um *hedge* é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia pode esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de *hedge* é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do *hedge*, os derivativos podem ser designados como: (i) *hedges* da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes *hedges* de valor; (ii) *hedge* da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (*hedge* de fluxo de caixa); ou (iii) *hedge* de investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido). A Companhia aplica contabilidade de *hedge* de valor justo, mas não aplica de *hedge* de fluxo de caixa e investimento líquido em uma operação no exterior.

Contabilidade de *hedge* de valor justo - As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do *hedge* que seja atribuível ao risco coberto.

Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado como receita líquida de negociação e outras receitas. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios, as mudanças no justo valor do item coberto atribuíveis ao risco coberto deixaram de ser reconhecidas na demonstração de resultados.

d. Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As operações de crédito com clientes cujo valor seja inferior a R\$50 (cinquenta mil Reais) foram classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos de suas operações utilizando-se também de modelos internos para tal, gerando uma provisão adicional à requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. Tais modelos estimam a perda esperada levando em consideração a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à negociação.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

f. Plano de opção de compra de ações

A Companhia mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. (Holding) - stock option ("Plano de Opção") que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais. O objetivo é conceder, aos colaboradores da Companhia, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Companhia atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da Companhia, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio da Companhia. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

4. Disponibilidades

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco - conta movimento	285	80.000
Depósitos em conta de pré-pagamento	11.701	-
Total	<u>11.986</u>	<u>80.000</u>

5. Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Disponível para negociação

	<u>2019</u>		<u>2018</u>
	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de mercado</u>
	<u>Custo amortizado</u>		
Letras financeiras do tesouro	50.533	50.533	-
Total	<u>50.533</u>	<u>50.533</u>	<u>-</u>

Disponível para venda

	<u>2019</u>		<u>2018</u>
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de mercado</u>
Cotas fundos de investimento (i)	557.560	557.560	-
Total	<u>557.560</u>	<u>557.560</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento soberano não exclusivo com rendimento de 97% do CDI. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos. Essas aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2019.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	4.455	-
Renda de letra financeira	384	-
Valor justo - títulos públicos	141	-
Deságio com letras de câmbio	(87)	-
Total	<u>4.893</u>	<u>-</u>

6. Operações de crédito e provisão para perdas

a. Composição das operações de crédito

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações de crédito curto prazo	38.984	-
Operações de crédito longo prazo	7.933	-
Total operações de crédito pessoais	<u>46.917</u>	<u>-</u>

b. Composição da carteira de crédito a receber por vencimento

A tabela abaixo apresenta as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Curso Anormal	1.247	-
Vencidas acima de 14 dias	268	-
A vencer:		
até 3 meses	318	-
3 a 6 meses	217	-
6 a 12 meses	286	-
acima de 12 meses	158	-
Curso Normal	45.670	-
Vencidas até 14 dias	68	-
A vencer:		
até 3 meses	13.746	-
3 a 6 meses	10.886	-
6 a 12 meses	12.827	-
acima de 12 meses	8.143	-
Total:	46.917	-

c. Classificação das operações de crédito por níveis de risco - Resolução 2.682/99 do CMN

A tabela abaixo apresenta as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado.

Nível	2019			2018		
	Curso normal	Curso anormal	Total	Curso normal	Curso anormal	Total
A	45.670	-	45.670	-	-	-
B	-	327	327	-	-	-
C	-	602	602	-	-	-
D	-	204	204	-	-	-
E	-	114	114	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-
G	-	-	-	-	-	-
H	-	-	-	-	-	-
Total	45.670	1.247	46.917	-	-	-

d. Classificação das operações de crédito e provisão para perda por níveis de risco em modelos internos

A tabela abaixo apresenta os saldos das parcelas das operações de crédito de acordo com seus vencimentos contratuais.

Nível de Risco	2019				Provisão total	Índice de cobertura %
	A vencer	Atraso	Total			
1	-	-	-	-	-	-
2	1.379	24	1.403	(23)	1,6%	
3	41.889	436	42.325	(2.405)	5,7%	
4	150	107	257	(25)	10,0%	
5	1.685	1.247	2.932	(605)	20,6%	
Total	45.103	1.814	46.917	(3.058)	6,5%	

Não havia operações de crédito em 30 de junho de 2018.

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade desses no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão complementar leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático. Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de Risco	Probabilidade de Inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão de redução ao valor recuperável

	2019	2018
Saldo no início do semestre	-	-
Constituição	(3.058)	-
Saldo no final do semestre	(3.058)	-

7. Outros créditos

	2019	2018
Crédito tributário (nota 14)	6.746	-
Impostos e contribuições a compensar	148	-
Diversos	30	-
Total	6.924	-

8. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2019		2018
	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de cambio emitidas	86.676	86.676	-
Letras financeiras emitidas	300.772	300.772	-
Total	387.448	387.448	-

Em junho de 2019, a Companhia emitiu letras financeiras no total de R\$300 milhões com vencimento em junho de 2021, indexadas ao certificado de depósito interbancário (CDI).

9. Outras obrigações

	2019	2018
Fornecedores diversos	4.316	14
Fiscais e previdenciárias	405	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	77.844	-
Outras obrigações	325	-
Total	82.890	14

Em junho de 2019, a Companhia emitiu instrumento de dívida elegível a capital, no montante total de R\$75 milhões, juros fixos, com prazo total de 10 anos e opção de recompra a partir do 5º ano, contendo cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência, quando ocorrer a aprovação do BACEN.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$130.000 (R\$80.000 em 2018), e está representado por 130.000.001 (80.000.001 em 2018) ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 10 de maio de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$50.000 com emissão de 50.000.000 ações ordinárias, sendo autorizado pelo Banco Central em 28 de junho de 2019.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção"), pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Companhia.

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$272 em 2019, em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

11. Despesas de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Proventos e encargos sociais	(8.823)	-
Benefícios	(51)	-
Honorários da administração	(1.342)	-
Treinamento	(5)	-
Total	<u>(10.221)</u>	<u>-</u>

12. Despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com serviços	(1.555)	-
Despesas de escritório	(619)	-
Despesas com processamento de dados e comunicações	(459)	(11)
Despesas com contratação de serviços especializados	(316)	-
Outras despesas administrativas	(183)	(3)
Total	<u>(3.132)</u>	<u>(14)</u>

13. Despesas tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS	(46)	-
COFINS	(285)	-
Outros	(3)	-
Total	<u>(334)</u>	<u>-</u>

14. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(13.335)	(14)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	(5.333)	-
Adições/exclusões permanentes	127	-
Imposto de renda e contribuição social do período	<u>(5.206)</u>	<u>-</u>
Constituição/(realização) no período sobre adições temporárias	(5.263)	-
Constituição/(realização) no período sobre exclusões temporárias	57	-
Imposto de renda e contribuição social do período	<u>(5.206)</u>	<u>-</u>

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Constituição/</u> <u>(Realização)</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2019</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.223	1.223
Marcação a mercado - letra financeira	-	1.364	1.364
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	2.587	2.587
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	1.484	2.675	4.159
Imposto ativo diferido	<u>1.484</u>	<u>5.262</u>	<u>6.746</u>
Marcação a mercado - títulos públicos	-	(56)	(56)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	<u>-</u>	<u>(56)</u>	<u>(56)</u>
Total	<u>1.484</u>	<u>5.206</u>	<u>6.690</u>

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2020	3.152	1.891	5.043
2021	553	332	885
Após 2021	511	307	818
Total	4.216	2.530	6.746

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2019 é de R\$6.314.

15. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais. Os contratos de derivativos são considerados nível 2 na hierarquia de valor justo.

	2019			2018		
	Valor de mercado			Valor de mercado		
	Notional	Ativo	Passivo	Notional	Ativo	Passivo
Derivativos mantidos para <i>hedge</i>	53.100	940	-	-	-	-
Total de derivativos	53.100	940	-	-	-	-

Hedge de taxa de juros - A Companhia acessa o mercado para obter financiamento, emitindo dívida de taxa fixa. O componente de risco da taxa de juros é a mudança na taxa. A eficácia é avaliada usando técnicas de regressão linear onde comparamos as variações no valor justo da dívida, excluindo a variação devido ao risco de crédito da Companhia, devido a mudança na taxa de juros com o componente ativo do derivativo de taxa de juros. A diferença entre as mudanças nos valores justos é considerado inefetividade.

16. Contingências

Em 30 de junho de 2019 a Companhia não possuía quaisquer ativos ou passivos contingentes, nem foi parte de qualquer demanda judicial no período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2019.

17. Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	2019	2018
Ativo		
Depósitos em moeda eletrônica - Nu Pagamentos S.A.	11.701	-
Passivo		
Letras de Cambio - Nu Fundo de Investimento	2.505	-
Reteio despesas - Nu Pagamentos S.A.	(1.950)	-
Resultado		
Recursos de aceites cambiais - Nu Fundo de Investimento	(5)	-
Rateio de Despesas - Nu Pagamentos	1.950	-

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições de mercado.

18. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2019	2018
Disponibilidades	11.986	80.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	11.986	80.000

b. Estrutura de gestão de riscos e capital

A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e
- A carteira de clientes é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O processo de gestão de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos globais da Companhia, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil e devidamente evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Companhia.

O controle dos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis para acesso público no site:

<https://nubank.com.br/docs/nubank-estrutura-de-gerenciamento-de-riscos.pdf>

c. Risco de Crédito

A possibilidade de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador ou contraparte; aos custos de recuperação de exposições deterioradas; e às vantagens concedidas ao tomador ou contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia.

A estrutura de controle e gestão do risco de crédito deve ser centralizada e independente das unidades de negócios. É de sua responsabilidade estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito inerente a todos os produtos, verificar níveis de concentração, estimação da perda esperada de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação. Os processos, rotinas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito são submetidos a avaliação periódica quanto à sua adequação, de forma independente, pela área de Auditoria Interna.

d. Risco Operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se à esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados a cada área de negócio, mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais.

Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do risco operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

e. Risco de Liquidez

O risco de liquidez, conforme Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), é definido como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O controle do risco de liquidez é feito na Diretoria de Gerenciamento de Riscos, área independente das áreas de negócio. É de sua responsabilidade identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo.

O controle do Risco de Liquidez considera todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, incluindo as associadas a serviços de liquidação, a prestação de avais e garantias, e a linhas de crédito e de liquidez contratadas e não utilizadas. São controlados os limites definidos de ativos de alta qualidade de liquidez para suportar cenários de estresse, de acordo com a Declaração de Appetite por Riscos (RAS). Os cenários de estresse definem condições adversas nas variáveis que impactam a necessidade de caixa. O monitoramento é feito diariamente, estimando os fluxos de caixa futuros decorrentes de seus ativos e passivos, com reportes gerenciais tempestivos para a diretoria da Companhia e para a gestão de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez é um documento interno, revisto anualmente, que estabelece responsabilidades, estratégias e procedimentos, para enfrentar situações de estresse. O Plano é aprovado visando garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos.

f. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, devido à variações em taxas de juros, índices de preços, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities).

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável pela mensuração e avaliação de risco, monitoramento de limites e reporte de risco para as unidades de negócios. O risco de taxa de juros é mensurado e mantido dentro de limites definidos.

g. Gestão de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de Patrimônio de Referência ("PR"), de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional e ao necessário para fazer face aos riscos a que a Companhia está exposta, conforme disposto pela Resolução nº 4.557/17.

O quadro a seguir demonstra a apuração do Patrimônio de Referência e seu requerimento. Como a Companhia está em início de atividade a parcela de Ativos Ponderados ao Risco Operacional (RWA OPAD) considera as estimativas constantes do plano de negócios, conforme estabelecido pela Circular no 3.640/13 do Banco Central do Brasil. Vale ressaltar que para o cálculo do PR Mínimo Requerido estão sendo considerados o fator F e o ACPconservação.

	<u>Junho 2019</u>	<u>Junho 2018</u>
Patrimônio de Referência (PR)	115.756	–
Nível I	115.756	–
Capital Principal	115.756	–
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	106.990	–
Risco de Crédito (RWA CPAD)	42.070	–
Risco de Mercado (RWA MPAD)	–	–
Risco Operacional (RWA OPAD)	64.920	–
PR Mínimo Requerido	11.234	–
Margem PR	104.522	–
Índice de Basileia	108,2%	–

19. Eventos subsequentes

A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum evento subsequente a ser divulgado nessas demonstrações financeiras.

Em julho 2019, a Nu Holdings Ltd., controladora da Companhia, encerrou o sétimo aumento de capital no valor de USD400 milhões.

